

MODOS DE SUBJETIVAÇÃO E PRÁTICAS DE RESISTÊNCIA¹

SUBJECTIVATION MODES AND RESISTANCE PRACTICES

Joelma Aparecida Bressanin²

Recebimento do texto: 10/04/2021

Data de aceite: 12/05/2021

RESUMO: Neste artigo, refletimos sobre a educação pública no Brasil a partir do documentário “Nunca me sonharam”. Sob o viés teórico da Análise de Discurso, tomamos o documentário como linguagem, no propósito de analisar o funcionamento da ideologia na relação imaginária dos sujeitos com suas condições materiais de existência. Assim, pensando sobre o processo de constituição dos sentidos e dos sujeitos, no modo como estes se significam e são significados no espaço escolar, buscamos dar visibilidade os processos de identificação e os modos de subjetivação dos sujeitos-alunos.

PALAVRAS-CHAVE: Ensino Médio. Documentário. Subjetividade. Formação.

ABSTRACT: In this article, we reflect on public education in Brazil based on the documentary “Nunca me sonharam”. Under the theoretical perspective of Discourse Analysis, we take the documentary as a language, in order to analyze the functioning of ideology in the imaginary relationship of the subjects with their material conditions of existence. Thus, thinking about the process of constitution of the senses and the subjects, in the way they are and are signified in the school space, we seek to give visibility to the identification processes and the subjectivity modes of the subject-students.

KEYWORDS: High School. Documentary. Subjectivity. Formation.

1 Uma versão preliminar deste trabalho foi apresentada no evento ABRALIN 50, de 05 a 09 de maio de 2019, em Maceió, Alagoas/BR.

2 Professora do Programa de Pós-Graduação em Linguística e Pesquisadora do Centro de Estudos e Pesquisas em Linguagem, ambos da Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT. Email: bressanin.joelma@unemat.br

Palavras iniciais

Neste trabalho, refletimos sobre a educação brasileira na contemporaneidade a partir do documentário “Nunca me sonharam”, que traz à tona questões relativas ao sistema de ensino da rede pública, em particular, à etapa do Ensino Médio.

Observamos que ao exibir variadas situações do atual contexto educacional, o referido documentário põe em circulação, no jogo de sua textualização, através dos relatos advindos de diferentes enunciadores (alunos, professores, especialistas), uma discursividade sobre a escola, o social e as juventudes.

Filiados à teoria da Análise de Discurso, nosso objetivo é pensar nessa discursividade, em suas diferentes materialidades, que se desdobram em um espaço contraditório (fazendo-se em unidades de análise), para observar as formas de circulação dos discursos enquanto objetos a saber que se constroem em processos discursivos. Sob este viés, compreendemos o significante enquanto materialidade simbólica que responde, de uma forma ou de outra, a uma necessidade histórica do sentido (ORLANDI, 2007) e que significa na sua relação outros significantes.

Sendo assim, consideramos a intersecção de diferentes materialidades significantes, que constituem o documentário enquanto linguagem, no propósito de analisar o funcionamento da ideologia na relação imaginária dos sujeitos com suas condições materiais de existência. Lembrando que para a Análise de discurso, o indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia para que se produza o dizer. E ideologia não é entendida como ocultação da realidade, ou conjunto de valores, ou algo exterior ao discurso, mas sim como mecanismo estruturante do processo de significação.

As vozes que ecoam

“Nunca me sonharam” foi dirigido por Cacau Rodhen e entrou em circuito comercial em junho de 2017, nos espaços Itaú de Cinema no Rio de Janeiro e em São Paulo. Foi exibido no CineArte em São Paulo, como parte do Seminário sobre o Ensino Médio promovido pelo instituto Unibanco. Também foi disponibilizado para exibição pública organizada a partir de um cadastro feito na plataforma VideoCamp.

Em linhas gerais, o documentário visa traçar um panorama da educação brasileira, apresentando a realidade de algumas escolas públicas situadas em distintas regiões do país. O ponto central das discussões produzidas gira em torno dos sonhos, anseios e dúvidas de estudantes do Ensino Médio, tendo em vista que a narrativa cinematográfica é construída a partir dos relatos de vários alunos entrevistados, que vão se entrecruzando em diferentes cenas e se justapondo aos relatos de professores, gestores e especialistas que refletem sobre a função social que a escola desempenha na vida desses jovens.

Nosso interesse se volta para essas vozes, levando em consideração que cada relato que constitui o documentário é conduzido por meio de um fio do dizer que organiza e constitui uma unidade em torno da qual se desenvolve uma narratividade (processo no qual se expõe o funcionamento narrativo da memória no sujeito)³. Em outras palavras, os dizeres em funcionamento vão organizando uma situação discursiva, que por sua vez, organiza o espaço dos discursos, dando visibilidade a diversas vozes que ecoam e vão ressignificar o sentido de ser jovem.

Sendo assim, compreendemos que em “Nunca me sonharam” há um processo discursivo que está se movimentando na rede de constituição de sentidos – historicidade, interdiscurso, memória discursiva – que se estrutura pelo esquecimento e que funciona pelo efeito de pré-construído, entre outros.

Dito de outro modo, o documentário constitui e atualiza uma memória, operando com sentidos que são apresentados sob várias formas, por meio da repetição, da retomada, do esquecimento e do silenciamento, inscritos, por sua vez, em formações discursivas determinadas. É desse modo que a materialidade discursiva remete às condições verbais de existência dos objetos (científicos, estéticos, ideológicos) em uma dada conjuntura, ou seja, os objetos já vêm significados dadas às condições verbais de sua existência. (PÊCHEUX, 2009 [1975]). Destaca-se, ainda, na retomada sócio-histórica, a questão da alteridade; não só o Outro (interdiscurso, historicidade constitutiva) mas o outro (diferentes formações discursivas).

Sob esse viés, buscamos, então, a partir dos recortes discursivos selecionados para a análise, descrever as formas de inscrição dos sujeitos na

³ Adotamos a noção de narratividade, tal como compreendida por Orlandi (2017, p.30-31), como funcionamento do interdiscurso (memória discursiva), considerando a historicidade, materialidade do discurso, enquanto estrutura e acontecimento. Ou seja, a narratividade como constitutiva do funcionamento da memória, dos sentidos e dos sujeitos em qualquer forma e funcionamento de discurso.

formação discursiva⁴, que representa na linguagem a formação ideológica que lhe é correspondente, tendo em vista que “a interpelação do indivíduo em sujeito de seu discurso se realiza pela identificação (do sujeito) com a formação discursiva que o domina.” (PÊCHEUX, 2009, p. 198 [1975]).

Nosso foco, portanto, é pensar em como a discursividade do documentário rompe com os discursos engessados de que os jovens estão abandonando a escola, desistindo de seus sonhos e desloca para mostrar diferentes formas de resistência. Interessa-nos, nesse ponto, dar visibilidade aos processos de identificação e os modos de subjetivação dos sujeitos-alunos. Ou seja, pensar na entrada do sujeito no simbólico, na estrutura da linguagem, que se constitui por uma ordem própria, levando em conta que significantes e sentidos se entrelaçam na constituição e na prática discursiva do sujeito. (Cf. MAGALHÃES; MARIANI, 2010, p.312).

Selecionamos e recortamos o relato do estudante de Nova Olinda/CE, Felipe Lima, de 17 anos, por considerarmos que seu discurso é bastante representativo do protagonismo e da potencialidade que se expõem ao público.

Gestos de interpretação

Convém explicar que escolhemos agrupar algumas falas do relato do estudante, que no documentário se cruzam com as vozes de outros jovens, conforme já dissemos, para trabalhar a dispersão dos sentidos em relação a uma unidade de dizeres que vão configurar a materialidade linguística selecionada para a nossa análise. Dessa forma, nosso gesto de interpretação se dá a partir de três recortes discursivos, obtidos a partir da transcrição das falas trazidas ao longo do documentário, os quais organizamos em sequências discursivas (Sds).

Cabe observar que aquilo que o sujeito projeta para si se dá a partir da relação que estabelece com o outro no âmbito familiar e escolar. Falar de si, narrar sobre sua vida e suas experiências constitui um processo que organiza um passado, um presente e uma projeção de futuro como podemos observar nos recortes que vão construindo uma unidade, uma narratividade – o trabalho da memória.

Lembrando que a memória pensada em relação ao discurso é tratada

⁴ Aquilo que, numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determinada pelo estado da luta de classes, determina o que pode e deve ser dito (PÊCHEUX, 2009, p. 147 [1975]).

como interdiscurso, definido como algo que fala antes, em outro lugar e independentemente. “Ou seja, é o que chamamos memória discursiva: o saber discursivo que torna possível todo dizer e retorna sob a forma do pré-construído, o já dito que está na base do dizível, sustentando cada tomada da palavra.” (ORLANDI, 2007, p. 31).

Nessa direção, o interdiscurso nos permite remeter o dizer a uma filiação de dizeres, a uma memória afetada pelo esquecimento, e a identificá-lo em sua inscrição numa formação discursiva que caracteriza a instância ideológica em condições históricas dadas. Ou seja, há formulações já feitas que presidem uma nova formulação e formam o eixo de constituição do dizer. No entanto, essas formulações foram feitas e esquecidas, por isso, compreendemos que “o esquecimento é estruturante. Ele é parte da constituição dos sujeitos e dos sentidos” (ORLANDI, 2007, p. 36). Assim, o sujeito ao enunciar acaba por reproduzir um dizer já dito e esquecido, que se atualiza pelo trabalho da memória.

Veamos os recortes:

Recorte 1 - A projeção de um futuro

Sd1: “Quando eu era criança, eu era louco pra completar 18 anos, tipo eu era louco para ficar logo adolescente. Eu achava que... ah era uma coisa mais... tipo vou ganhar minha liberdade.”

Sd2: “Eu vivo praticamente sem ter certeza do que vai acontecer amanhã, já, então, eu não espero muito, eu tento planejar alguma coisa que vai acontecer na minha vida. Mas eu não espero muito, sabe?!”

Sd3: “Os governantes, as pessoas que estão lá no poder, não tiveram filhos estudando em escolas públicas. Então, acho que há um descaso muito enorme com as instituições.”

Notamos no primeiro recorte, uma projeção de um futuro sendo descrita pelo sujeito, que enuncia da posição de aluno de Ensino Médio. E vale ressaltar que esse sujeito ocupa posições no discurso que são, como diz Pêcheux (2009

[1975]), projeções das formações discursivas e ideológicas. Essas posições podem sempre ser outras, são uma e outras, ao mesmo tempo, reguladas pela submissão ao econômico e ao social, legitimadas pela instância jurídica, que por sua vez vão conformar a forma-sujeito-histórica – o sujeito de direito e deveres – livre e responsável (Cf. ORLANDI, 2012).

Na Sd1, ele fala da sua infância, dos sonhos, do imaginário de liberdade que pensava em adquirir quando se tornasse adolescente. Vemos a atualização de um já-dito, a ilusão de liberdade de escolha que constitui os sentidos de ser jovem. Ao enunciar “... eu era louco para ficar logo adolescente. Eu achava que... ah era uma coisa mais... tipo vou ganhar minha liberdade”, dá a entender que, assim como muitos outros, ele se identifica com os sentidos da maioria, que no ordenamento jurídico do nosso país é a condição legal para a atribuição plena da capacidade de ação de uma pessoa [a aquisição da capacidade civil, nos termos do Direito Civil brasileiro], que corresponde ao direito de tomar suas próprias decisões, de ter o poder de fazer suas escolhas.

Mas é importante destacar que a compreensão discursiva de que as diversas formas de identificação do sujeito – ao ser interpelado – com a forma-sujeito, reconhece que as formações discursivas não são dotadas de uma homogeneidade que nos permita definir, com precisão, seus limites e, também, que no universo das formações discursivas não só as posições antagônicas entram em choque, provocando conflitos, como, também, ajuda-nos a entender que a contradição, que habita toda e qualquer formação discursiva, é passível de sofrer os efeitos de sobredeterminação, por meio dos quais o mesmo, o igual, é afetado pela alteridade.

Atentando-nos para essa questão, observamos que na Sd2, o sujeito apresenta uma projeção de futuro incerta e limitada. Enfatiza sua incerteza com a expressão “praticamente”, na passagem “eu vivo praticamente sem ter certeza do que vai acontecer amanhã”; e sua limitação com o enunciado: “eu não espero muito”, que se repete, após dizer que tenta planejar algo diferente, seguido de uma invocação: “sabe?!”.

Esta projeção de um futuro incerto e restrito, que se contrapõe à liberdade de escolher e decidir o que deseja para si, se constitui a partir da relação com o social, como observamos na Sd3, em que o sujeito critica o descaso dos governantes

com a educação. Ele entende que isso ocorre, porque eles “não tiveram seus filhos estudando em escola pública”. O sujeito se identifica com a condição de ser um aluno da rede pública, retomando pela narratividade, todas as dificuldades que se encontra nesse sistema de ensino.

Compreendemos que seu dizer está atravessado por um discurso que atualiza a divisão de classes, cujas posições-sujeitos são definidas e reforçadas pela ideologia de uma sociedade capitalista baseada nas relações econômicas. Vemos esta contradição em funcionamento quando o sujeito mesmo se reconhecendo livre, entende que é o resultado da ação do Estado que vai lhe proporcionar o direito de ir-e-vir, de poder fazer escolhas e, mesmo assim, não desiste de enfrentar os desafios que se apresentam.

Notamos que sua condição social irá trazer algumas consequências, como se pode observar, no segundo recorte, em que o sujeito fala da sua relação com outros sujeitos no ambiente escolar. Vejamos:

Recorte 2- A relação escolar

Sd4: “Eu levava meus problemas pessoais, internos, pra escola. Então, quando eu fazia isso, eu percebi que eu não tinha muito rendimento. E eu pensava muito, ah estudar para quê? Educação, eu não sei nem se vou tá vivo amanhã. Muito rebelde. Eu dava muito trabalho aos professores.”

Sd5: “Ficava torcendo pra dar a hora do intervalo, ah merenda... Merendava na escola às 9:20, no intervalo. Mas tipo eu ficava sem almoço. Daí tinha a moça que ficava na biblioteca. A senhora, na verdade, Claudinha. Tinha vezes que trazia almoço pra mim, sabe?! Ela via que eu ia ficar na escola, trazia almoço pra mim. Foi isso. Ela me ajudou muito, acho que me incentivo a ler também.”

O sujeito descreve, nesse segundo recorte, algumas dificuldades na aprendizagem escolar. Na Sd4, fala dos problemas pessoais que interferiam no seu desempenho, resultando no mal rendimento. Expressa sua frustração e falta de

motivação: “estudar para quê? Educação, eu não sei nem se vou tá vivo amanhã”. E se autoavalia como rebelde, afirmando que “dava muito trabalho aos professores.”

Na Sd5, discorre sobre problemas sociais, que a maioria das camadas menos favorecidas encontram, a falta de alimentação adequada. Muitos alunos percorrem longas distâncias para chegar à escola e alguns tem uma permanência maior, ficando em outros períodos. E a merenda escolar acaba sendo para uma boa parte dos alunos a principal refeição do dia (quando não é a única). Ao falar da merenda, fala com ternura de alguém que foi importante na sua vida escolar, a senhora Claudinha, que, conforme afirma, além de lhe oferecer refeições, lhe incentivou a ler.

Temos, então, um sujeito individuado pelo Estado, um sujeito que se sente livre e responsável pelos seus atos. Afetado pela ilusão de liberdade, ele age conforme determinam o Estado, as instituições e os discursos que circulam em nossa formação social, como podemos notar, a seguir, no terceiro recorte:

Recorte 3 - A relação familiar

Sd6: “Como meus pais não foram bem-sucedidos, na vida, eles também não me influenciavam, não me davam força pra estudar. Achavam que quem entrava numa universidade era filho de rico. Acho que eles não acreditam que o pobre também pudesse ter conhecimento, que pudesse ser inteligente, sabe!? Pra eles o máximo era terminar o ensino médio e arrumar um emprego. Trabalhar de roça. Tipo um vendedor. Alguma coisa do tipo. **Acho que nunca me sonharam sendo um psicólogo, nunca me sonharam sendo um professor, nunca me sonharam sendo um médico.** Eles não sonhavam. Não me ensinaram a sonhar. Eu aprendi sonhar sozinho. Tô aprendendo a viver, também, praticamente que só.” (grifos nossos).

Nesse terceiro recorte, em que o sujeito descreve sua relação familiar, vemos que há a retomada de pressupostos marcados pela relação com as condições sócio-históricas, com o estabilizado, o naturalizado [quando dá a entender que algo sempre foi assim], pois o sujeito fala sobre a situação social da família e do modo

como os seus pais entendiam a formação com vistas ao mercado de trabalho: “Pra eles o máximo era terminar o ensino médio e arrumar um emprego. Trabalhar de roça. Tipo um vendedor. Alguma coisa do tipo”. O que ele afirma diz respeito ao pré-construído, ao sentido sempre-já-aí da interpelação ideológica (PÊCHEUX, 2009, p.151 [1975]), de que a escola é o espaço onde se oportuniza as condições para o ingresso dos jovens no mundo do trabalho.

Observamos, ainda, que a negação predomina nessa sequência discursiva, são sete estruturas negativas que conduzem à resignação. A noção de resignação entra em cena, mas é ressignificada pelo modo como é discursivizada: “Acho que nunca me sonharam sendo um psicólogo, nunca me sonharam sendo um professor, nunca me sonharam sendo um médico. Eles não sonhavam”.

Ao falar sobre as projeções dos pais em relação à sua formação, o sujeito produz o enunciado “nunca me sonharam”, que se torna título do documentário, conforme já mencionamos. O sujeito, em seu modo de subjetivação pela língua, utiliza o verbo “sonhar” de modo singular, ou seja, põe em funcionamento uma outra forma de flexão, não usual na língua portuguesa, em que sua regência ganha uma particularidade inusitada. Parafraseando uma das sentenças, temos:

- a) nunca me sonharam sendo um médico
- b) não me imaginaram sendo médico
- c) não me incentivaram a ser médico

Cabe destacar que o processo de subjetivação não se realiza de maneira centrada no indivíduo, mas diz respeito ao modo como este se relaciona com o outro, ou seja, é produzido a partir das relações sociais, sendo o outro compreendido também como as diversas práticas, situações, acontecimentos, etc. Corroborando a compreensão de Magalhães e Mariani (2010) de que a subjetividade resulta de um acontecimento de linguagem, tal como trabalhado por Guimarães (2002), o processo de subjetivação está atravessado pela materialidade significativa do outro. Nas palavras das autoras:

Em resumo, a subjetividade – no que ela se mostra, no que se esconde, no que é repetição ou equívoco, no que se marca como diferença, no que se inscreve enquanto homogeneidade – resulta do acontecimento da linguagem no sujeito. Um acontecimento que tanto possibilita a singularização da diferença quanto a regulação do sujeito relativamente a uma universal adaptação do sujeito à ordem cultural e social através do mesmo simbólico que o constituiu. (MAGALHÃES; MARIANI, 2010, p.396).

No entanto, de acordo com as autoras, alienado em seu dizer, o sujeito não percebe tais marcas de subjetividade, não percebe que é constituído pelo Outro. Ou seja, o sujeito tem a ilusão de ser origem de seus pensamentos, atos e palavras. Desse modo, o sujeito descreve como ele se vê significado pelo olhar do outro na relação com a família, mas que pode se estender para a sociedade e o Estado, uma vez que lhe é negado o direito de sonhar, em virtude da falta de investimento em políticas públicas para a educação. Enfim, tudo aquilo que produz efeitos no sujeito e no seu modo de conviver constitui sua subjetividade. O processo de subjetivação se inscreve na ordem do histórico-social, que por sua vez administra o seu modo de ser e estar em uma dada formação social. Nessa direção, entram em cena as relações de forças e de poder já estabelecidas no meio social que determinam o que é possível (e o que não é) ao sujeito.

Outrossim, observamos que o sujeito retoma pelo seus discurso sentidos já cristalizados de que a escola pública oferece diferentes cursos de formação, sendo estes destinados a públicos específicos, cabendo aos estudantes mais pobres, o Ensino Médio e/ou Curso Profissionalizante, e aos mais favorecidos, o Curso Superior, como os que o aluno fez referência: Psicologia, Pedagogia e Medicina.

Esta divisão de níveis de educação/instrução no Brasil, de acordo com Silva (2010, p.160), que também produzia a divisão dos sujeitos (o povo e a elite), se iniciou na República e perdura até nossos dias, sendo sempre legitimada pelas políticas de Estado.

Assim, à medida que o sujeito é individuado pelo Estado, as relações de forças determinantes de sua condição/posição agem sobre ele e, pelo trabalho da ideologia, podem afetá-lo de diferentes maneiras, ou seja, podem conformá-lo a uma posição-sujeito que se identifica com o discurso já estabelecido e posto

em circulação como “verdade absoluta”, como também podem conduzi-lo a desidentificação⁵, a deslocar-se e ocupar uma outra posição. Diante dessas relações de poder e de sentidos, resistir torna-se, então, uma luta, uma ação política do sujeito que se volta contra a ideologia dominante.

Notamos, então, que na falha do Estado em garantir as condições ao sujeito, no deslocamento da posição-sujeito, os sentidos deslizam (são retomados, porém ressignificados) e, por isso, funcionam de outra maneira, produzem outros sentidos: de fraqueza, incapacidade, passividade para protagonismo, enfrentamento, resistência.

Quando o sujeito, na Sd6 diz: “Eles não sonhavam. Não me ensinaram a sonhar.” referindo a seus pais e, em seguida, diz: “Eu aprendi sonhar sozinho. Tô aprendendo a viver, também, praticamente que só”, observamos como o sujeito do discurso, isto é, a estrutura dessa forma-sujeito, dissimula sob a aparência da autonomia o assujeitamento. Ocorre um estranhamento do sujeito em relação aos sentidos hegemônicos, relativos à divisão de classe e dos sujeitos. O sujeito “esquece” aquilo que o determina e os sentidos deslizam de resignação para resistência. Em outras palavras, o sujeito se desidentifica de uma formação discursiva opressora e excludente, relativa à formação ideológica capitalista e, por conseguinte, busca subverter a interpelação ideológica.

Além disso, os efeitos do interdiscurso que se apresentam, por meio de pré-construídos, produzem o sentido de que o centro e o controle do sujeito estão nele mesmo. É com esse sentido que o sujeito parece estar sempre identificado, uma vez que o simbólico “entra em uma relação específica com o real e o imaginário, determinando a subjetividade como efeito da interpelação de que o sujeito é o lugar, pelo viés da identificação.” (GADET; HAROCHE; PÊCHEUX, 2011, p.64).

A esse respeito Orlandi (2017, p. 333) afirma:

5 Pêcheux (2009 [1975], p. 199-202) distingue três modalidades discursivas do funcionamento subjetivo, formas do desdobramento entre o sujeito da enunciação e o sujeito universal. A primeira modalidade, a “identificação”, consiste em uma superposição que caracteriza o discurso do “bom sujeito”, aquele que se identifica plenamente com a formação discursiva inserida. A segunda, a “contra-identificação”, caracteriza o discurso do “mau sujeito” que se identifica com a formação discursiva, mas com um certo distanciamento. E a terceira modalidade, a “desidentificação”, representa “uma tomada de posição não-subjetiva”, condizente a um “trabalho de transformação-deslocamento da forma-sujeito” que se desidentifica com uma formação discursiva e identifica-se com outra.

As instituições, o Estado, a própria constituição pragmática do sujeito e sua forma dominante no capitalismo estabelecem o mesmo, o preciso, o excludente, o fechado, o completo etc. Questão de ideologia, questão dos sujeitos e dos sentidos. Mas a deriva, o deslizamento, a metáfora respondem. E o sujeito, mesmo impedido, se diz, se significa, ressignifica, dessignifica, se simboliza a si e ao outro, no seu espaço-tempo de existência, em suas práticas.

Para a Análise de Discurso, o sujeito se submete à língua mergulhado em sua experiência de mundo e determinado pela inunção a dar sentido, a significar-se. E o faz por meio de um movimento sócio-historicamente situado, em que se reflete sua interpelação pela ideologia. Por esse motivo a discussão sobre a forma-histórica do sujeito se faz necessária, tendo em vista que é a partir dessa forma-sujeito atual, característica das formações sociais capitalistas, que se dá a relação do sujeito com a linguagem. Ademais, a universalidade da Lei tem produzido a forma-sujeito jurídico, sujeito de direito, que se impõe como aquela que articula a relação do sujeito com o sentido, produzindo, desse modo, a ilusão de igualdade de direitos e deveres.

Assim, consideramos que a materialidade dos lugares (projetados em posições, as posições-sujeito) dispõe a vida dos sujeitos e, ao mesmo tempo, a resistência desses sujeitos constitui outras posições que vão materializar novos (ou outros) lugares na formação social. Essas posições-sujeito se constituem em um movimento contínuo de processos de (des)identificação, com uma ou outra formação discursiva, com um ou outro sentido, a partir do modo como o sujeito é individuado e identifica-se. Para Orlandi (2014, p.156), isto quer dizer que “não há uma identidade em si, já pronta (o que é ser jovem?), mas um processo de constituição da identidade”, uma vez que há “um imaginário político-social ideologicamente constituído que funciona na estabilização de imagens. Mas o bom ou o mal aluno é constituído como tal. Não o é por natureza.”

Algumas considerações

Consideramos que o documentário à medida que traz para o cenário, sujeitos e sentidos constituídos pelo simbólico e pelo político, constrói uma abordagem que se configura ora como denúncia, ora como resistência.

A partir dessa breve análise, pensando na significação de objetos simbólicos como uma questão discursiva, podemos afirmar que os relatos significam, porque circulam como lugares de memória a partir dos quais alguma atualização do interdiscurso se faz possível: ali seus efeitos se materializam.

Esse processo de significação é, por um lado, sempre relativo ao exterior que determina o que pode e deve ser formulado e, por outro, atravessado pelo trabalho da ideologia que coloca em disputa, no campo da história, sentidos evidentes. Assim, o sujeito se constitui e se significa, interpretando sua existência no mundo.

Em outras palavras, o embate entre o já-dito e o não-dito não só é importante como necessário, porque é desse modo que os sujeitos se identificam ou se desidentificam com as instituições (Estado, família, escola,) e com os discursos que nelas circulam.

O documentário convoca, fortemente, à reflexão outros sujeitos (público telespectador, autoridades, etc.), sem o qual perderia seu efeito de denúncia e o consequente gesto de resistência em que está mergulhado. Além disso, nos faz relacionar fatos mais recentes que temos vivenciado no âmbito educacional – as mudanças no Ensino Médio, priorizando o ensino técnico, os cortes de verbas às instituições superiores, a não garantia de investimento em pesquisa nas áreas de Humanas, Sociais, etc.

Esta reflexão nos faz pensar nas formas históricas de assujeitamento na sociedade atual, nos pontos de deriva que vão constituindo a trajetória dos sentidos em uma direção que abre espaço para os jovens reivindicarem a garantia de seus direitos, mostrando o enfrentamento coletivo de profissionais da educação que acreditam nas juventudes.

Portanto, podemos considerar que a questão da resistência está, de um lado, vinculada à relação entre forma-sujeito-histórica (o sujeito de direito) individualização pelo Estado (sujeito responsável); de outro, pelo processo de identificação do sujeito individualizado com a formação discursiva em sua vinculação ao interdiscurso (memória), que diz respeito ao lugar de rebeldia/resistência.

Referências

GADET, Françoise; HAROCHE, Claudine; PÊCHEUX, Michel. Nota sobre a questão da linguagem e do simbólico em psicologia. In: ORLANDI, Eni Puccinelli. (Org.) **Análise de Discurso**: Michel Pêcheux. Trad. Pedro de Souza. Campinas, SP: Pontes, 2011, p.55-71.

GUIMARÃES, Eduardo. **Semântica do acontecimento**. Campinas, Pontes editores, 2002.

MAGALHÃES, Belmira; MARIANI, Bethania. Processos de subjetivação e identificação: ideologia e inconsciente. In: **Linguagem em (Dis)curso**. Palhoça, SC, v. 10, n. 2, p. 391-408, maio/ago. 2010.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de discurso**: princípios e procedimentos. 7 ed. SP: Pontes Editores, 2007.

_____. **Discurso em Análise**: sujeito, sentido e ideologia. SP: Pontes Editores, 2012.

_____. **Discursos sobre a inclusão**. 2014.

_____. **Eu, tu, ele**: discurso e real da história. Campinas, SP: Pontes Editores, 2017.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Trad.: Eni Orlandi Puccinelli. 2 ed. Campinas SP: Editora da Unicamp, 2009, [1975].

SILVA, José Renato. A LDB de 1961: língua e educação na configuração nacional: um percurso na história. 2010, 177 f. **Tese** (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2010.

DOCUMENTÁRIO Nunca me sonharam. Direção de Cacau Rhoden. Brasil: Maria Farinha Filmes, 2017. Documentário (84min.). Disponível em: <https://www.videocamp.com/pt/movies/nuncamesonharam>. Acesso em: 23 jun. 2017.

O conteúdo deste texto é de inteira responsabilidade de seu autor.